



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

PROJETO DE LEI Nº DE 2025
(do Sr. PEDRO AIHARA)

Apresentação: 13/02/2025 15:08:51.673 - Mesa

PL n.456/2025

Estabelece diretrizes e normas para a mobilidade urbana sustentável e para a expansão urbana ordenada, visando à prevenção de desastres no âmbito urbano, à redução das desigualdades sociais e ao incentivo de práticas sustentáveis no desenvolvimento urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes e normas para o planejamento e a execução de ações de mobilidade urbana sustentável e expansão urbana ordenada, a fim de promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e prevenir desastres resultantes da desordem urbanística.

Art. 2º Aplica-se a todo o território nacional, cabendo aos estados, o Distrito Federal e aos municípios à realização das medidas estabelecidas, em conformidade com suas realidades locais e com os recursos disponíveis.

Art. 3º As cidades com mais de 200 mil habitantes deverão incluir, em seus planos de mobilidade, as seguintes diretrizes para a promoção de uma mobilidade urbana sustentável:

- I - criação e ampliação de ciclovias e ciclofaixas, integradas aos sistemas de transporte público;
- II - incentivo ao uso de veículos elétricos ou movidos a fontes de energia renováveis, com prioridade para transporte público e serviços de entrega;
- III - implementação de faixas exclusivas para transporte coletivo, com integração entre modais de transporte;





IV - desenvolvimento de sistemas de transportes públicos coletivos, acessíveis e eficientes, priorizando áreas de baixa renda e regiões periféricas.

Art. 4º As cidades deverão estimular o uso de bicicletas e outros meios de transporte não poluentes, por meio das seguintes medidas:

I - criação de sistemas de bicicletas compartilhadas com estações em áreas de grande fluxo de pessoas;

II - promoção de campanhas educativas sobre os benefícios do uso de bicicletas e outros meios de transporte sustentável;

III - oferta de incentivos fiscais para empresas que promovam o uso de bicicletas entre seus colaboradores, por meio da instalação de bicicletários, chuveiros e vestiários.

Art. 5º A expansão urbana deverá obedecer às seguintes diretrizes, com o objetivo de prevenir e mitigar desastres e garantir o desenvolvimento equilibrado das cidades:

I - as áreas de risco, como zonas suscetíveis a deslizamentos, enchentes e colapsos estruturais, deverão ser mapeadas e classificadas de acordo com o nível de risco, em conformidade com normas técnicas específicas, sendo obrigatória a implementação de planos preventivos para evitar a ocupação desordenada nessas áreas;

II - o poder público, em colaboração com entidades especializadas, deverá realizar o monitoramento contínuo das áreas mapeadas, utilizando tecnologias de georreferenciamento e sistemas de alerta antecipado, com a finalidade de detectar e informar a população sobre riscos iminentes de desastres;

III - nos processos de regularização fundiária e projetos de urbanização em áreas de baixa renda, será prioritária a remoção planejada de habitações em áreas de alto risco, realocando os moradores para regiões seguras, com a devida garantia de infraestrutura básica e transporte público acessível;





IV - os empreendimentos imobiliários e obras públicas situados em áreas com potencial de risco deverão incluir obrigatoriamente planos de mitigação de impactos ambientais, adotando soluções tecnológicas de engenharia para garantir a segurança da edificação e a integridade do meio ambiente;

V - a instalação de infraestrutura de drenagem urbana sustentável será obrigatória em novos empreendimentos, como:

a) sistemas de retenção e infiltração de águas pluviais, com a construção de pavimentos permeáveis, jardins de chuva e reservatórios de detenção;

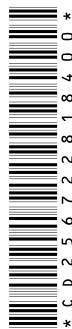
b) corredores ecológicos e faixas de vegetação para mitigar os impactos das enchentes e promover a absorção natural da água no solo;

VI - o poder público deverá desenvolver e oferecer programas de educação ambiental e comunitária nas áreas vulneráveis, com o objetivo de informar os moradores sobre boas práticas de ocupação urbana e protocolos de emergência em situações de risco, garantindo o envolvimento da comunidade na prevenção de desastres;

VII – o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, deverá elaborar planos de ação integrados para resposta rápida a desastres, com a criação de centros de comando nas regiões metropolitanas, responsáveis por coordenar ações de evacuação, socorro e reconstrução de áreas afetadas por desastres.

Art. 6º Os estados, o Distrito Federal e os municípios, em parceria com o setor privado, deverão garantir que a expansão urbana seja acompanhada de investimentos em infraestrutura de transporte sustentável e acessível, especialmente nas regiões mais carentes.

Art. 7º Para estimular a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, ficam estabelecidos os seguintes incentivos:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

Apresentação: 13/02/2025 15:08:51.673 - Mesa

PL n.456/2025

I - empresas que invistam em projetos de mobilidade urbana sustentável, como bicicletas compartilhadas ou veículos elétricos, poderão receber incentivos fiscais estaduais, distritais e municipais, conforme legislação específica de cada ente;

II - os entes que seguirem as diretrizes de mobilidade urbana sustentável e expansão ordenada terão prioridade no recebimento de recursos de fundos federais destinados ao desenvolvimento urbano.

Art. 8º A participação popular será assegurada, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios por meio das seguintes medidas:

I - promover, no mínimo uma vez por ano, audiências públicas para debater as políticas locais de mobilidade urbana e expansão urbana, com a participação de representantes da sociedade civil, especialistas, associações de moradores e autoridades públicas;

II - criação de conselhos de mobilidade urbana e expansão sustentável nos estados, Distrito Federal e municípios, compostos por representantes do poder público, da sociedade civil, de entidades de classe e do setor privado, com competência para acompanhar, fiscalizar e propor melhorias nas políticas de mobilidade e expansão urbana;

III - implantação de plataformas digitais participativas de consulta pública, com acesso irrestrito à população, permitindo a apresentação de sugestões, propostas de alteração e avaliações sobre os projetos em andamento. A plataforma deve permitir o acompanhamento em tempo real das obras e das políticas implementadas;

IV - criação de um orçamento participativo para mobilidade e expansão urbana, onde a população terá a possibilidade de decidir sobre parte dos recursos destinados à infraestrutura de mobilidade urbana sustentável e à expansão ordenada. As prioridades orçamentárias serão discutidas e votadas diretamente pela população através de plataformas digitais ou de consultas locais organizadas pelos municípios;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

Apresentação: 13/02/2025 15:08:51.673 - Mesa

PL n.456/2025

V - realização de pesquisas de opinião pública periódicas, coordenadas pelos municípios, para avaliar a satisfação da população com as políticas de mobilidade urbana e expansão urbana, cujos resultados serão utilizados para reajustar as prioridades e as ações governamentais.

Art. 9º Os recursos financeiros destinados às diretrizes desta Lei deverão ser garantidos pelas seguintes fontes orçamentárias:

I - os orçamentos federais, estaduais, distritais e municipais, de acordo com a competência de cada ente federado, deverão prever dotações específicas para a implementação das diretrizes de mobilidade urbana sustentável e expansão ordenada, sendo os valores incluídos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e nos Planos Plurianuais (PPA);

II - as parcerias público-privadas (PPP), que poderão captar recursos privados para o financiamento de infraestrutura sustentável, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com incentivos fiscais específicos para empresas que aderirem a projetos de mobilidade urbana e urbanização sustentável;

III - incentivos fiscais e tributários para empresas que invistam em projetos de mobilidade sustentável e na mitigação de desastres urbanos, como a construção de ciclovias, sistemas de drenagem urbana e uso de veículos elétricos, de acordo com regulamentação específica de cada município e estado.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O rápido crescimento urbano no Brasil tem gerado uma série de desafios para a organização das cidades, com impactos diretos na qualidade de vida da população, especialmente as camadas mais vulneráveis. Um dos principais problemas observados em grandes centros urbanos é a *desordem urbanística*, que não apenas prejudica a mobilidade urbana e o acesso aos serviços básicos, mas





também aumenta o risco de desastres, como enchentes, deslizamentos e colapsos estruturais.

Diante desse cenário, o presente projeto de lei visa estabelecer diretrizes para a mobilidade urbana sustentável e a expansão urbana ordenada, com o objetivo de promover cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Inspirado em modelos internacionais de sucesso, como as políticas urbanas de Curitiba (Brasil), Copenhague (Dinamarca) e Bogotá (Colômbia), a proposta pretende incentivar o uso de transportes alternativos, reduzir as emissões de carbono e garantir que a expansão das cidades seja acompanhada de infraestrutura adequada.

A mobilidade urbana tem um papel central na vida das cidades. Ela influencia diretamente o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e a outros serviços essenciais. No entanto, a dependência de modais de transporte poluentes, como os veículos movidos a combustíveis fósseis, agrava os problemas ambientais e sociais, gerando congestionamentos, aumentando a poluição atmosférica e prejudicando a saúde pública.

A adoção de soluções sustentáveis, como o incentivo ao uso de bicicletas, ciclovias, transportes públicos elétricos e modos de transporte compartilhados, podem reduzir significativamente esses impactos negativos. Cidades como Copenhague são exemplos claros de como as bicicletas e um transporte público eficiente podem transformar o fluxo urbano, reduzindo a poluição e promovendo hábitos saudáveis.

Curitiba, por sua vez, é um exemplo nacional no que tange à integração de modais. O modelo curitibano de transporte público, com corredores exclusivos para ônibus e terminais intermodais, permitiu uma melhoria substancial na qualidade da mobilidade urbana, servindo como referência internacional. A proposta deste projeto é que cidades com mais de 200 mil habitantes implementem sistemas semelhantes, priorizando ciclovias, transporte coletivo eficiente e veículos elétricos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

Apresentação: 13/02/2025 15:08:51.673 - Mesa

PL n.456/2025

Bogotá, com sua extensa rede de ciclovias e o programa Ciclovía, também serve como inspiração para incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte principal, integrando a bicicleta ao sistema de transporte público e promovendo uma mobilidade mais inclusiva e acessível.

A expansão desordenada das cidades brasileiras é uma das principais causas de desastres urbanos, como enchentes, deslizamentos de terra e outros acidentes graves, que afetam diretamente as populações de baixa renda. Com a urbanização acelerada, muitas áreas de risco tornaram-se locais de moradia informal, sem infraestrutura adequada e planejamento urbano, agravando ainda mais a situação das pessoas que já vivem em vulnerabilidade social.

Este projeto de lei propõe medidas concretas para garantir que a expansão urbana ocorra de forma ordenada e sustentável, com a adoção de planos de mitigação de riscos ambientais e a priorização de áreas de baixa renda na construção de moradias seguras. O mapeamento e monitoramento das áreas de risco permitirá uma intervenção mais eficiente, evitando tragédias como as ocorridas em várias cidades brasileiras.

Além disso, a obrigatoriedade de incluir infraestruturas de drenagem sustentável em novos empreendimentos é uma medida necessária para prevenir enchentes, especialmente em regiões metropolitanas com histórico de alagamentos frequentes. O desenvolvimento de soluções como pavimentos permeáveis, sistemas de retenção de águas pluviais e corredores ecológicos pode atenuar significativamente os efeitos das chuvas intensas e melhorar a qualidade ambiental das cidades.

Para viabilizar as diretrizes estabelecidas neste projeto, é fundamental estimular a participação da iniciativa privada através de parcerias público-privadas (PPP) e incentivos fiscais. As PPPs têm se mostrado um instrumento eficaz para acelerar o desenvolvimento de infraestrutura urbana, especialmente em projetos que demandam alta capilaridade e investimentos robustos, como o transporte público e a construção de ciclovias e bicicletários.



* C D 2 5 6 7 2 2 8 1 8 4 0 *



A concessão de incentivos fiscais para empresas que investirem em projetos de mobilidade sustentável, como a instalação de bicicletários, incentivos ao uso de veículos elétricos e melhorias no transporte público, permitirá que o setor privado colabore ativamente na construção de cidades mais sustentáveis. Além disso, ao priorizar municípios que implementarem essas diretrizes no recebimento de recursos de fundos federais destinados ao desenvolvimento urbano, assegura-se que os investimentos estejam alinhados com as prioridades sociais e ambientais do país.

A participação da sociedade é essencial para o sucesso das políticas públicas, sobretudo quando tratamos de mudanças que afetam diretamente o cotidiano da população urbana. Este projeto de lei garante a participação popular de forma ativa no processo de planejamento e implementação das ações voltadas à mobilidade urbana e à expansão ordenada.

Por meio de audiências públicas e consultas online, a sociedade civil poderá contribuir com propostas, sugestões e avaliações, garantindo que as políticas sejam mais transparentes e atendam às reais demandas locais. Esse processo participativo fortalece a democracia e promove o engajamento da comunidade, fatores essenciais para a implementação de políticas urbanas eficazes.

A proposta apresentada oferece soluções inovadoras e realistas para enfrentar os desafios da mobilidade urbana e da expansão desordenada nas cidades brasileiras. Ao integrar modelos de sucesso internacionais e nacionais, com incentivos para a iniciativa privada e a garantia de participação popular, a Lei busca promover uma urbanização equilibrada, sustentável e inclusiva, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população.

As cidades brasileiras precisam de uma mudança urgente no seu modelo de mobilidade e urbanização. A adoção de práticas sustentáveis, a prevenção de desastres e a redução das desigualdades sociais não são apenas uma necessidade atual, mas um imperativo para o futuro das nossas cidades e para a qualidade de vida das próximas gerações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Dep. Federal PEDRO AIHARA - MG

Sala das Sessões, em de de 2025.

PEDRO AIHARA
Deputado Federal

Apresentação: 13/02/2025 15:08:51.673 - Mesa

PL n.456/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256722818400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Aihara

